

16 DEZ 1987

Seplan explica novos cálculos do Orçamento

GAZETA MERCANTIL

por Carlo Iberê de Freitas
de Brasília

despesas do orçamento e
subiu para 4%.

“Não houve má fé nem o ministro Aníbal Teixeira (do Planejamento) pediu isso”. A afirmação, em tom de desabafo, é do titular da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), Márcio Reinaldo Dias Moreira, feita ontem durante entrevista coletiva, convocada para explicar as modificações ocorridas no orçamento Geral da União (OGU) e aprovadas pelo Congresso.

Surgiram dúvidas nos últimos dias sobre o procedimento da SOF, órgão ligado à Seplan, ao reestimar as contas da União com a estimativa de uma inflação de 120% para 1988. A primeira versão do Orçamento foi elaborada considerando uma inflação de 60% e, ao recalcular receitas e despesas, a SOF não aplicou uma correção linear para todas as contas e todos os ministérios.

Moreira disse que, só para decidir em conjunto com o Ministério da Fazenda o novo índice da inflação para o período de janeiro a dezembro de 1988, foram gastos quinze dias (de 15 de setembro até o início de outubro). Decidido o novo índice (120%) para o ano de 1988, foi calculada a inflação média para o mesmo período (143%). Feito isso, a SOF encontrou o “número índice” (percentual que corrigiu o orçamento), dividindo a inflação inicial estimada (60% no ano, com uma inflação média de 87%) pelo novo índice, o que dá uma variação de 86%.

O passo seguinte foi, então, aplicar o número índice no Orçamento. Só que nas contas de encargos gerais da União e reserva de contingência, ambas administradas pela Seplan, a reestimativa foi outra.

A conta Encargos Gerais da União, inicialmente prevista em CZ\$ 137,7 bilhões, passou para CZ\$ 634,9 bilhões, um aumento de 362%. Essa conta representava 5% do orçamento e passou para 13,9%. A reserva de contingência, com previsão inicial de CZ\$ 20 bilhões, foi a que mais cresceu, aumentando 859%, passando para CZ\$ 191,8 bilhões. Na primeira versão, representava 0,25% das

A decisão de fazer isso, segundo o secretário da SOF, “foi adotada pelo fator tempo, senão teríamos de abrir todas as contas de todos os ministérios. Foi também a decisão mais plausível que achamos dentro do Congresso e da Comissão de Orçamento e Finanças”, explicou. Acrescentou o secretário que todas as despesas e contas com pessoal extra do governo ficaram nos encargos gerais da União, enquanto os programas sociais ficaram com a reserva de contingência.

“Este dinheiro, em último caso, é do presidente da República e não representa um cheque em branco para a Seplan”, disse o ministro Aníbal Teixeira a este jornal. Ele lembrou que todos os gastos previstos pelo seu ministério são autorizados pelo presidente da República. Ainda segundo o ministro, “o tom de denúncia partiu de pessoas mal intencionadas e mal informadas de dentro do Instituto de Planejamento (I-plan), órgão da Seplan.

Moreira, bem como a sua equipe presente à entrevista coletiva, não concorda com as informações atribuídas a fontes do Ministério da Fazenda, dizendo que toda a receita suplementar que fosse gerada pelo “pacote” fiscal em elaboração estaria sendo gasta pela Seplan, depois da nova estimativa. Segundo os técnicos da SOF, isso só aconteceria se a nova reestimativa tivesse “furado” o déficit programado para 1988, mas que continuou em 1,27% do PIB estimado para o período.

Moreira informou que em maio do próximo ano novo Orçamento Geral da União terá de ser elaborado por vários motivos. Entre eles, o fim da Constituinte, com a provável reforma tributária, por o Brasil estar entrando num período de economia recessiva e de inflação alta e também porque, informalmente, os técnicos do Ministério da Fazenda já estavam usando uma estimativa de inflação para 1988 de 160%, o que levaria o cálculo do PIB para CZ\$ 30,3 trilhões, enquanto o do orçamento está ainda em CZ\$ 28,6 trilhões.